

**TRABALHO PRECÁRIO:
precariado, vidas precárias e processos de resistências**

***PRECARIOUS WORK:
precarious, precarious lives and resistance processes***

Kelen Christina Leite*

Resumo

O neoliberalismo assume características que ultrapassam a mera política econômica, inserindo-se na sociedade enquanto uma lógica que penetra e se enraíza em todas as relações sociais e em todas as esferas da vida. Tal política econômica vem produzindo, em níveis sempre mais elevados, trabalhos precários, trabalhadores precarizados e, sobretudo, modos de vida pautados pela precariedade. Assim, é objetivo central deste artigo analisar o processo de produção desses modos de vida precários, instituídos pelo neoliberalismo e, ao mesmo tempo, apontar a reação que se ensaia por parte dos precarizados, a exemplo das grandes manifestações ocorridas na Europa, em particular, Portugal, Espanha e Itália, bem como apontar para as possibilidades de organizações que surgem a partir desse contexto. Este artigo é fruto de uma pesquisa maior, ainda em desenvolvimento, iniciada na *Università Sapienza di Roma*. No tocante aos procedimentos metodológicos, este ensaio é produto de pesquisa bibliográfica e reflexão crítica junto aos pesquisadores da *Università Sapienza di Roma*.

Palavras-chave: Trabalho. Precariado. Vida precária. Processo de Resistência.

Abstract

Neoliberalism assumes characteristics that go beyond mere economic policy, rooted in society as a logic that penetrates and is rooted in all social relations and in all spheres of life. This economic policy has been producing, at ever-higher levels, precarious work, and precarious workers and, above all, ways of life ruled by precariousness. Thus, it is the central objective of this article to analyze the process of production of these precarious ways of life, instituted by neoliberalism and, at the same time, to point out the reaction that is rehearsed by the precarious ones, like the great manifestations that occurred in Europe, in particular, Portugal, Spain and Italy, as well as pointing to the possibilities of organizations arising from this context. This article is the result of a larger research, still under development, initiated at *Università Sapienza di Roma*. With regard to methodological procedures, this essay is the product of bibliographic research and critical reflection with researchers at *Università Sapienza di Roma*.

Keywords: Work. Precarious. Precarious life. Resistance Process.

Introdução

O foco deste artigo é a precarização do trabalho, mais especificamente o precariado contemporâneo, as trabalhadoras e os trabalhadores precarizados que, conjuntamente a outros sujeitos políticos, passaram a se manifestar e a protestar de forma ampla e recorrente contra a precariedade, contra o neoliberalismo e, em muitos casos, contra a globalização e as políticas de austeridade. Tais protestos, marcados por pautas amplas e por profunda crise quanto à representação e à representatividade política, marcaram a Europa – e não apenas –, sobretudo,

* Professora do Departamento de Ciências Humanas e Educação e da Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos. Visiting Professor junto à Universidade Sapienza di Roma (2018-2019). Doutora em Ciências Sociais. E-mail: kelen@ufscar.br

a partir de 2010, iniciando-se pelos países que mais vivenciaram as consequências da crise e das imposições da Troika, mas, sobretudo, aqueles que, nos últimos anos, mais desregulamentaram e desestruturaram suas relações trabalhistas, abrindo a possibilidade de maior flexibilização e precarização na contratação, uso e remuneração da mão de obra, ou seja, países como: Portugal, Espanha, Grécia e Itália, portanto a pauta da precarização, da precariedade e, sobretudo, do precariado esteve e se fez ativamente presente em tais manifestações.

Recentemente, manifestações mais específicas das trabalhadoras e dos trabalhadores com trabalhos precários e precarizados, por via do uso de aplicativos (*Uber, Uber Eats, Foodora, Deliveroo, Just eat* etc.) por exemplo, estão ocorrendo em vários países, bem como a manifestação dos trabalhadores da *Uber* ocorrida no Brasil, em 10 de maio de 2019, que seguiu a paralisação mundial dos trabalhadores da *Uber*.

O artigo que ora se apresenta é parte inicial de um projeto de pesquisa, na condição de *visiting professor*, em desenvolvimento na Itália, junto à *Università Sapienza di Roma* e que possui como fio condutor de investigação as mudanças ocorridas nas relações entre capital e trabalho, que partem da crise do capitalismo nos anos de 1970 e a subsequente adoção das políticas de cunho neoliberal e que se manifestaram em uma profunda reestruturação capitalista da sociedade com consequências para a vida material e objetiva de trabalhadoras e trabalhadores, bem como afetaram, modificaram, (re)estruturaram uma nova subjetividade que – pautada pelo trabalho precário – conduziu a uma precariedade da vida; condições essas agravadas com o desenrolar da crise de 2008.

No tocante aos procedimentos metodológicos, este ensaio é produto de uma pesquisa bibliográfica e da reflexão crítica iniciada pela pesquisa em andamento e debatida com os pesquisadores da *Università Sapienza di Roma* tratando, especificamente, da precarização do trabalho e da vida.

As questões da precariedade e da precarização das relações de trabalho constituem-se como elementos sempre presentes no modo de produção capitalista, no entanto elas ganham dimensões e características diversas em períodos distintos. Deste modo, o precariado que aqui nos interessa é aquele que se constitui, sobretudo, a partir da crise dos anos de 1970 e vem se consolidando no decorrer dessas décadas de implementação e intensificação de políticas neoliberais que conduzem não apenas a uma precarização do trabalho, mas a uma situação e a uma condição de vida precárias. Utiliza-se, ainda, dados oriundos de institutos de pesquisa nacionais e internacionais e de outras pesquisas já realizadas. Salienta-se a importância de compreender e apreender a precarização do trabalho enquanto uma experiência material, concreta, vivida, corporeificada, em que a categoria da “experiência”, trabalhada por Thompson (1997) e utilizada em trabalhos anteriores (LEITE, 2007) pode ser esclarecedora.

Este processo de reestruturação capitalista da sociedade que redundou, portanto, em uma contínua precarização do trabalho e, conseqüentemente, da vida, é melhor compreendido tendo como referência inicial o desvelar da crise de 1972/3 que deu espaço para uma reestruturação

capitalista da sociedade, configurando-se como uma crise advinda do esgotamento do modo de regulação fordista/keynesianista que havia, até aquele momento, conseguido compatibilizar altas taxas de lucro e acumulação com elevações de salários e do consumo em massa. Porém, por volta dos anos de 1970, esse modelo atingiu o ápice de seus próprios limites e contradições internas iniciando um processo de reestruturação capitalista da sociedade, um processo de contrarreformas que avança até a crise de 2008, abrindo um novo momento ou uma nova fase do próprio neoliberalismo, que se mostra mais intenso no aprofundamento de reformas econômicas e sociais, bem como mais autoritário.

Limites do modo de regulação fordista/keynesianista: ascensão do neoliberalismo

Os limites e as contradições internas do modo de regulação fordista/keynesianista (BOYER, 1990; ARRIGHI, 1997) tornaram-se evidentes e aparentes quando o sistema técnico-produtivo esgotou as possibilidades de aumento da produtividade em ritmos suficientes para atender, simultaneamente, às demandas do capital e do trabalho, característica essa que marcou o período anterior conhecido, sobretudo nos países do norte, como os trinta anos gloriosos do capitalismo. Deste modo, o consenso social, necessário para dar sustentação ao modelo, entrou em crise, visto que a forma de distribuição social da renda e da riqueza passou a colidir com os interesses da acumulação de capital. Percebe-se, portanto, que a crise que está na base de todo o processo não é apenas uma crise de base econômica e/ou técnico-produtiva, é também uma crise de rompimento do consenso social, de esgarçamento do tecido social, rompimento do pacto social estabelecido anteriormente (LEITE, 1998; 2007). Tais questões são, ainda, amplamente debatidas por Rosanvallon (1997) e Boltanski e Chiapello (2009).

A década de 1970, portanto, pode ser entendida como um período de contrarreformas pautadas por intensas mudanças que, no setor produtivo, por exemplo, se manifesta com a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização da produção, visando a superar os limites técnicos apresentados pelo fordismo e, ainda, quebrar a resistência dos trabalhadores à linha de montagem. No setor das finanças, a tônica foi a desregulamentação e flexibilização dos fluxos financeiros, dando ainda maior liberdade ao capital, seja ele financeiro ou produtivo, em nome da competitividade e do crescimento econômico. Em relação ao mercado, houve certa saturação da produção em massa, pois aqueles com disponibilidade para o consumo já estavam cobertos pelo consumo em massa, provocando um desequilíbrio entre oferta e demanda que foi amenizado pela diversificação da produção, pelo desenvolvimento de novas técnicas de *marketing* e propaganda e, sobretudo, pela redução do tempo de vida útil dos produtos, uma vez que a procura era, agora, cada vez mais pautada pela reposição do que propriamente pela aquisição de novos produtos. Em relação ao Estado, o argumento do *déficit* fiscal, dentre outros, levou os Estados nacionais a uma defesa da implementação de políticas neoliberais que, partindo do Chile, do então ditador Pinochet, da Inglaterra de Thatcher, em 1979, e dos

EUA de Reagan, em 1980, aportou na América Latina, principalmente com o fim das ditaduras militares na década de 1980, ganhando ampla adesão por toda década de 1990 e fazendo sentir seus efeitos ainda hoje, particularmente, no que tange ao objeto específico desta pesquisa: a precarização do trabalho, fato esse estruturante e constituinte de vidas precárias. No Brasil, o neoliberalismo avançou com a redemocratização do país e intensificou-se nos anos de 1990. Hoje, há uma forte retomada das políticas flexibilizadoras e desregulamentadoras, haja vista a regulamentação da terceirização para atividades-fim e não apenas para as atividades-meio, a reforma, ou contrarreforma trabalhista (CESIT, 2017; LEITE, 2018), bem como uma reforma da previdência, visando a transferi-la, cada vez, mais para a gerência do capital financeiro.

Percebe-se, portanto, que para desvendar minimamente o tempo presente, os anos de 1970/80 devem ser tomados como um ponto de inflexão na compreensão desses processos. A relevância do período, neste sentido, é destacada por diversos autores (ARRIGHI, 1997; BRUNHOFF, 1991; HOBBSAWN, 1995; ANTUNES, 2000; ALVES, 2011; FANA, 2018; DARDOT; LAVAL 2016; BROWN, 2019; FRASER, 2019).

Faz-se importante registrar que, por um breve período de tempo, a sociedade do pleno emprego chegou a ser uma realidade para os países centrais como fazendo parte de uma política pensada e planejada para recuperar-se do pós-guerra, criando um mercado consumidor necessário à produção em massa, possibilitada pelo fordismo, detendo, deliberadamente, o avanço do socialismo e estabelecendo uma política de compromisso entre capital e trabalho mediada pelo Estado que, pouco a pouco, constituiu-se no Estado do bem-estar social. Tal movimento deu-se de maneira diferenciada nos países da América Latina, especialmente no Brasil que, embora tenha apontado para uma política nacional desenvolvimentista, não conseguiu consagrar políticas de bem-estar em meio a uma sociedade autoritária, oligárquica e com o Estado privatizado.

Assim, na esteira da análise de Gramsci (LEITE, 2011), o fordismo significou, para além de um modo de organização do processo produtivo, a reorganização de um modo de vida. Os novos métodos de trabalho tornaram-se inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar, de sentir a vida, estabelecendo, portanto: uma nova organização do trabalho; um novo tipo de trabalhador; consumo em massa; uma nova organização familiar, novas formas de coerção moral, de sexualidade constituindo, assim, uma nova subjetividade.

Deste modo, uma das perguntas que podemos nos colocar é se as atuais mudanças no mundo do trabalho, sua intensa precarização e o estabelecimento de um modo de vida precário, que atinge milhões de trabalhadoras e trabalhadores no mundo, adquiriria valência semelhante a essa descrita por Gramsci (1988) em relação ao fordismo, ou seja, estar-se-ia forjando um novo tipo humano adequado aos novos processos produtivos e aos novos modos de contratação, uso e remuneração do trabalho de forma precarizada? Um novo tipo humano que não pode basear-se mais na estabilidade, no planejamento da própria vida, no planejamento da própria família, no cuidado da saúde e da velhice? Um novo tipo humano que não possui mais a perspectiva

do trabalho em tempo indeterminado como regra, mas sim o trabalho atípico, temporário e precário? Um novo tipo humano que deve mudar o registro e pensar a vida a partir de projetos de curta duração? Um novo tipo humano, ou uma nova condição humana, que transforma a vida em um empreendimento a ser gerenciado?

A reestruturação capitalista, instaurada a partir da crise dos anos de 1970, envolveria, portanto: o processo produtivo em nível tecnológico e organizacional, as relações de trabalho, ou seja, os modos de contratação, uso e remuneração da força de trabalho, bem como as políticas do Estado, que foi um dos pilares do modo de regulação anterior. Estaríamos, ao lado dos aspectos econômicos, também diante de uma crise de valores, crise da solidariedade social (ROSANVALLON, 1997; ZOLL, 2000) que, com a implementação das políticas neoliberais, reestruturam, melhor seria, desestruturam as políticas públicas, em especial as voltadas para saúde, educação, seguridade social e, o objeto específico desta pesquisa, o trabalho por meio de desregulações, introduzindo formas cada vez mais estendidas de flexibilização, que acabam por se transformarem em precarização não apenas do trabalho, mas da vida.

Precarização do trabalho e formação do precariado

A flexibilização do trabalho foi apresentada à sociedade, em muitos contextos, por meio de um discurso sedutor e “moderno” de maior autonomia na gestão do próprio trabalho e do próprio tempo, no entanto ela acabou por significar, como já apontado por vários autores (DAL ROSSO, 2017; ALVES, 2011; ANTUNES, 2000; HIRATA; SEGNINI, 2007; MAGATTI, 2012; GALLINO, 2014; FANA, 2018; STAMMING, 2011), principalmente para países com fraca organização sindical, uma precarização do emprego e das condições de trabalho, tendo como referência as necessidades das próprias empresas. Tal processo também foi marcado pelas intensas e numerosas deslocalizações de parques industriais, pois o capital foi ao encontro de melhores e maiores possibilidades de exploração da força de trabalho, buscando países e regiões com salários mais baixos, fraca regulamentação trabalhista e movimento sindical menos organizado, produzindo, no interior das economias e das regiões mais desenvolvidas economicamente, grandes e graves problemas no tocante ao emprego.

Os modos como ocorreram essas flexibilizações foram os mais diversos: flexibilidade funcional, numérica e salarial, consistindo na mobilidade e polivalência da força de trabalho; formas mais arbitrárias de contratação da mão de obra, em relação aos prazos, horários de trabalho e salários; organização de grupos de trabalho semiautônomos; subcontratação; terceirização; trabalho por metas e/ou projetos, com expressivo enxugamento do quadro das empresas; uso cada vez mais intenso do trabalho intermitente – hoje plenamente (des)regulado no Brasil –; intensificação da chamada “pejotização”; o trabalho *part-time* dentre tantas outras formas detalhadamente descritas por Fana (2018) e Cesit (2017).

A crise de 2008, causada justamente pelas consequências da desregulamentação, liberalização e flexibilização das amarras financeiras das décadas anteriores, tornou o cenário ainda mais propício para as investidas do capital frente ao trabalho levando não apenas a uma precarização ainda maior do trabalho e das relações de trabalho, bem como intensificando a precarização da vida, ou seja, consolidando um modo de vida que vai se caracterizando cada vez mais pela precariedade, pela instabilidade, pela incerteza e pelo medo diante do presente e do futuro.

Assim, após quase 40 anos de hegemonia neoliberal, as economias centrais, bem como as periféricas, sofreram os abalos da crise instaurada em 2008 que, basicamente, expôs a ponta do *ice-berg* tendo sua manifestação fenomênica no crescimento dos empréstimos *subprime* associado a altos níveis de inadimplência, execuções hipotecárias e, ainda, práticas creditícias abusivas potencializadas pelo uso de novos instrumentos financeiros, levando a uma insolvência do sistema financeiro que, como em várias outras crises, precisou do auxílio do Estado para frear a dissolução de instituições financeiras e “salvar” o mercado, bem como várias industriais, dentre as quais algumas automobilísticas como a General Motors e a Chrysler que, no início de 2009, já haviam recebido em torno de 21 bilhões de dólares por parte do governo estadunidense para gerenciar suas crises.

Neste contexto é que ganha expressão, no cenário global, de forma cada vez mais enraizada, esses novos trabalhadores produzidos pelos processos acima descritos e que compõem a realidade do assim denominado precariado que, segundo Braga (2012), pode ser definido como um proletariado precarizado.

Para Antunes (2000), estaríamos falando da *classe que vive do trabalho*, uma vez que, nessa *classe que vive do trabalho*, o autor considera a classe trabalhadora na totalidade dos assalariados, incluindo, portanto, nessa categoria, todos os trabalhadores dos serviços, todos os despossuídos dos meios de produção. Assim, essa classe caracterizar-se-ia pela sua amplitude e heterogeneidade tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos que produzem diretamente o mais-valor, incorporando, ainda, o trabalhador improdutivo, seja público ou privado, uma vez que todos possuem em comum o fato de serem assalariados. Deste modo, para Antunes, estariam presentes na *classe que vive do trabalho*: terceirizados, temporários, *part-time*, “uberizados”, proletariado rural etc.

Na contramão dessas definições de Braga (2012) e Antunes (2000), Standing (2011) olha parte do precariado como uma possível “nova classe perigosa”, mais precisamente, uma classe em construção que seria distinta da classe trabalhadora que caracterizou o capitalismo durante todo o período fordista/keynesianista. Para o autor, a estrutura de classes, hoje, estaria organizada, ou estruturada, em sete níveis que, embora não sendo definidos pelo rendimento, possuiria também essa dimensão. Esses sete níveis seriam, segundo ele, caracterizados por: 1. uma plutocracia, ligada, sobretudo ao capital financeiro e desvinculada do Estado-nação; 2. uma elite, caracterizada, essa sim, por ações no âmbito do Estado-nação; 3. um conjunto de trabalhadores

salariados, composto por uma burocracia estatal e trabalhadores de grandes companhias; 4. um grupo denominado de *proficians*, ou seja, consultores, pequenos empresários e atividades afins, vivendo constantemente sob o risco do rebaixamento social; 5. o velho proletariado/operário, em amplo processo de retração; 6. o precariado que vai ganhando forma como uma classe em construção desenvolvendo trabalhos de natureza frágil e instável e; 7. um *lumpen* precariado (STANDING, 2014).

A característica do precariado, portanto, seria, para Standing (2014), a de desenvolver trabalhos de natureza contratual frágil, instável, flexível, com rendimentos não assegurados, com menos direitos do que outros trabalhadores, por ele denominados de velho operariado ou salariado, por exemplo, tendo sua consciência profundamente marcada por um sentimento constante de privação e frustração, exposto a uma incerteza crônica. Para o autor, essas condições poderiam abrir caminhos para uma transformação, uma vez que ele vê, no precariado, três tendências, ou três tipos de precariado. O primeiro tipo seria aquele oriundo das velhas classes trabalhadoras, muitos sem grande instrução/escolarização e com forte sentimento de frustração e privação, essa parte do precariado tenderia a uma aproximação de grupos populistas e de extrema-direita, constituindo aqueles que Standing (2014) denomina atávicos. Um segundo tipo, seriam os nostálgicos, composto basicamente por imigrantes e minorias apresentar-se-iam, relativamente, de forma mais passiva e desprendida. O terceiro tipo seria formado por aqueles trabalhadores precários instruídos, alto grau de escolaridade e com forte sentimento de privação relativa e frustração, normalmente vistos como progressistas, esses comporiam a parte potencialmente transformadora do precariado e, portanto, uma nova classe perigosa em construção.

Para além das questões teóricas e, portanto das estratégia políticas derivadas dessas concepções acima descritas, o fato é que essas expressões – *precariado*, como entendido por Braga (2012); *precariado*, como entendido por Standing (2011) e *classe que vive do trabalho*, como entendido por Antunes (2000) – manteriam, portanto, esses sujeitos no centro do modo de produção capitalista, demarcando que a precariedade vivenciada pela classe que vive do trabalho ou pelo precariado faz parte de uma dimensão intrínseca do processo de mercantilização do trabalho e da vida, processo esse que sempre marcou as relações capitalistas de produção e que, hoje, se intensificam. No entanto, enquanto Braga e Antunes falam em superação da sociedade capitalista, Standing se mantém em uma discussão sobre a possibilidade de transformações substantivas em direção ao *commons*.

Contudo é importante demarcar que o movimento de intensificação da precariedade do trabalho, no trabalho e na vida, alimentou-se da reestruturação produtiva, das deslocalizações, da desregulamentação, da financeirização, da terceirização, dentre outros elementos. Todo esse processo questiona o *status* salarial, questiona a relação salarial anteriormente concebida e estruturada no e pelo modo de regulação fordista/keynesianista e manifesta-se na precarização econômica, por meio da desconstrução dos contratos coletivos; na institucionalização da instabilidade por meio de uma desestruturação do direito trabalhista como ocorreu, não sem

resistência, em vários países do mundo e, mais recentemente, intensificou-se no Brasil pelo governo do senhor Michel Temer (LEITE, 2018). Tal movimento de desestruturação continua no atual governo do senhor Jair Bolsonaro e seu Ministro da Economia que defendem ser necessário tudo desregular, tudo privatizar, sustentando que o mercado de trabalho “vai ter que se aproximar da informalidade”¹.

Constata-se, portanto, que nos últimos anos, seja no Brasil como em outros países, o denominado mercado de trabalho passou por grandes modificações para além das produtivas e organizacionais, houve: um grande incremento da força de trabalho das mulheres – com grandes disparidades segundo os países –, que sabidamente recebem menos que os homens e não ascendem facilmente aos cargos mais elevados pela existência de um machismo e uma misoginia que se configuram como estruturais e, aqui, acrescenta-se, ainda, a questão da mulher negra que recebe ainda menos do que a mulher branca; ampliou-se o trabalho morto em detrimento do trabalho vivo; aumentou-se a terceirização, a quarteirização, a pejetização e, nos últimos anos, a “uberização”; aumentou-se o trabalho em tempo parcial, o trabalho temporário e o trabalho intermitente; assistiu-se ao declínio da força dos trabalhadores organizados e seus sindicatos; expandiu-se o trabalho em redes; cresceu a falta de trabalho para a juventude; intensificou-se o trabalho em domicílio; ampliou-se o trabalho no setor de serviços, marcado por baixos salários e intensa rotatividade; aumentou-se o número de trabalhadoras e trabalhadores de *call centers*; houve uma proliferação das “organizações sociais”, intermediando força de trabalho, situação que, no Brasil, se agravará ainda mais com a terceirização irrestrita das atividades-fim e não apenas das atividades-meio; aumentou-se, com grande velocidade e voracidade, o uso dos *APPs*, aplicativos em plataformas digitais que intermedeiam trabalho ao proporcionar o “encontro” entre oferta e demanda de trabalho/serviço e, deste modo, isentam as companhias de aplicativos de toda e qualquer responsabilidade perante as trabalhadoras e os trabalhadores, considerados como colaboradores, parceiros ou “empresários” de si mesmos.

Enfim, o campo de pesquisa acerca do mundo do trabalho é vasto e faz-se necessário debruçar-se sobre a aparência dos fenômenos para poder ultrapassá-la e compreender como essas relações se dão no presente e o modo como as trabalhadoras e os trabalhadores conseguirão se colocar nessa relação que, por definição, é conflituosa, antagônica e desfavorável aos trabalhadores, daí a importância de estudos e pesquisas sobre a precarização do trabalho, mas também sobre a precarização da vida provocada por esse estado de coisas.

Precarização da vida: o precariado nas ruas

Assim, a precarização do trabalho, intensificada ano a ano, vem, há algum tempo, transformando-se em uma precariedade da vida, fazendo com que trabalhadoras e trabalhadores

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/13/bolsonaro-diz-que-a-legislacao-trabalhista-vai-ter-que-se-aproximar-da-informalidade.ghtml> (G1, 2018).

passem a internalizar a responsabilização sobre sua empregabilidade, introjetando a ideia e a responsabilidade de tornarem-se empreendedores de si, com as necessárias consequências que uma perspectiva como essa comporta. Tal perspectiva pode conduzir a um egoísmo social, ou seja, à negação da solidariedade e à rejeição da redistribuição. Eis, portanto, como esse modo de conceber a sociedade e as relações sociais fomenta movimentos reacionários e, até mesmo, neofascistas.

Todavia, como salientam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo, centrado ideologicamente na categoria do mercado, é muito mais que uma política econômica ou uma ideologia, porque produz regras e disciplinas que vão muito além do mercado, ao mesmo tempo que produz o dismantelamento de normas, regras, leis em relação ao trabalho, por exemplo, transformando-se, deste modo, naquilo que, apropriadamente, os autores denominam “a nova razão de mundo”, uma vez que o neoliberalismo estendeu a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. Em outras palavras, os autores dizem que estaríamos irremediavelmente impregnados e, porque não, capturados por essa nova racionalidade que externaliza-se por uma:

(...) concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas necessita de uma norma subjetiva, que não é mais exatamente aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais [do modo de regulação fordista/keynesianista]. O sujeito neoliberal em formação (...) é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo que foi objeto de inúmeros trabalhos (...) esses trabalhos preciosos, e muitas vezes convergentes, no cruzamento da psicanálise com a sociologia, revelam uma condição nova do homem, a qual, para alguns, afetaria a própria economia psíquica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 320).

A afirmação de Dardot e Laval pode remeter à famosa frase expressa por Thatcher, no *Sunday Times*, de 7 de maio de 1988: “a economia é o método, o objetivo é mudar o coração e a alma”; processo esse que Gramsci (1988) descreve e analisa no clássico *Americanismo e Fordismo* demonstrando o quanto a produção em massa, àquela época, estava mudando objetivamente o trabalho, mas também a subjetividade do trabalhador, ao constituir um novo homem apto para o novo tipo de produção e trabalho. Ou, ainda, a afirmação de Lukács (2013) quando, ao analisar o fordismo, demarcava que esse era a representação de uma apreensão da subjetividade do trabalhador, invadindo a consciência dos sujeitos. Alves (2011) por sua vez, também demarca que o processo de precarização do trabalho atinge tanto a objetividade quanto a subjetividade da classe trabalhadora, pois o eixo central das mudanças está na captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital.

Assim, o trabalho, embora central na vida dos indivíduos e da sociedade e, portanto, categoria essencial de análise sociológica, não ofereceria mais, como dito acima, um quadro estável, uma carreira previsível, a possibilidade de planejamento, um conjunto de relações pessoais sólido, como poderia oferecer no passado recente, mas basear-se-ia na instabilidade

dos projetos e perspectivas de uma vida futura, na variação contínua das redes de contato e das equipes de trabalho, tornando o mundo profissional uma soma de transações pontuais. (DARDT; LAVAL, 2016, p. 364). Isso, evidentemente, tem um impacto sobre a vida privada, a organização familiar, a representação de si mesmo e os projetos futuros.

Callea (2018) analisando especificamente trabalhadoras e trabalhadores italianos concluiu que as trabalhadoras e os trabalhadores que vivem sob o jugo da precariedade, com contratos de trabalho por tempo determinado, apresentam o desenvolvimento de várias formas de ansiedade, depressão, raiva, falta de autoestima, distúrbios ligados ao *stress* e instabilidade emocional em número e grau mais elevado que os outros trabalhadores e trabalhadoras com contratos por tempo indeterminado.

Para Callea (2018, p. 222, tradução nossa), a precariedade da vida, pode ser definida, como a “(...) condição de fragilidade, de impotência e de pânico acerca do futuro profissional dos trabalhadores atípicos. Tais condições penetram, atravessam a vida do trabalhador manifestando-se na esfera privada, pessoal, familiar, colocando em risco as relações interpessoais”.

Gallino (2014) aponta que o maior custo humano do trabalho flexível pode ser resumido na ideia ou no conceito de precariedade entendida não apenas como a natureza do contrato de trabalho, mas como uma condição social e humana que deriva da sequência desses contratos, causando uma insegurança objetiva e subjetiva que se torna insegurança das condições de vida e de existência. Essa é uma das grandes diferenças em relação a mudanças anteriormente verificadas no interior do mundo do trabalho e é também sobre essas questões que se mobilizaram vários movimentos e protestos nos últimos anos ao redor do mundo.

Assim, pode-se, inicialmente, compreender, por exemplo, as grandes manifestações e protestos que ocorreram pós-crise de 2008, como parte das reações diante da precarização do trabalho e da vida. Braga (2017) ressalta que as mobilizações ocorridas em Portugal, Grécia e Espanha – e poderíamos acrescentar, as mobilizações que ocorreram também na Itália e o próprio movimento *Occupy Wall Street* – representariam tanto reações ao crescimento do desemprego, da pobreza e das desigualdades, quanto uma denúncia ao sequestro da democracia pelo sistema financeiro e à precarização do trabalho e da vida, experiência essa que afeta sobremaneira trabalhadoras e trabalhadores de faixa etária mais jovem.

Não é surpreendente, portanto, verificarmos o ressurgimento de uma agenda política diretamente ligada à promessa da cidadania salarial entre jovens ativistas que criticam os limites de um sistema político colonizado pelo poder das finanças e, portanto, incapaz de assegurar a soberania popular nos diferentes contextos nacionais (...) Em outras palavras, há um protagonista, o jovem precariado urbano, mais ou menos engajado na formação de coalizões com os trabalhadores organizados, assim como uma agenda centrada em torno da defesa da cidadania salarial. (...) Luta travada em escala nacional e não na arena global (BRAGA, 2017, p. 199-200).

Braga (2017), porém, analisando especificamente o caso português, salienta que se o Estado nacional se apresenta como o espaço em que as reivindicações do precariado se manifestam – e assim ocorre cada vez mais em vários países – o aprofundamento da crise da globalização impede, ou devera impedir, a limitação ao espaço nacional². Tal consideração faz-se relevante diante do crescimento, em alguns países, de um nacionalismo/populista que imagina resolver os problemas do trabalho em âmbito nacional com fechamento de fronteiras e/ou um puro e simples protecionismo, por exemplo, em benefício de um suposto capital nacional que praticamente não existe mais. Portanto não propor um debate e uma discussão ampla, global sobre políticas econômicas e sobre o trabalho em particular, significa não afrontar seriamente o problema. Esse é um dos motivos pelos quais os discursos que fazem muitos nacionalistas/populistas/antiglobalismo ganha espaço, pois é um discurso imediato, fácil, simples, constituindo-se como uma “mercadoria” prontamente vendável³.

Assim, pode-se dizer que em quase todo o mundo ocidental protestos contra as consequências do neoliberalismo se fizeram presentes. No entanto tais protestos não são apenas eventos dos últimos anos, mas muitos outros protestos contra as consequências do neoliberalismo, bem como da globalização, se fizeram sentir desde a segunda metade dos anos de 1990, por meio de novos grupos militantes, além dos já tradicionais na cena política. Esses grupos, através de suas mobilizações e ações, já colocavam em evidência os efeitos deletérios e destruidores das políticas neoliberais e afirmavam a necessidade do estabelecimento de uma nova ordem mundial, alicerçada em princípios diferentes daqueles da concorrência, do lucro, da exploração abusiva dos recursos naturais. Tais movimentos se materializaram, àquela época, seja em movimentos antiglobalização, seja em movimentos por uma outra globalização. Foram muitos os movimentos que, no fim do século XX, se impuseram como testemunhas da recomposição de uma esfera anticapitalista de dimensões mundiais, constitutiva de um momento de conjunção das mobilizações ambientalistas, dos movimentos sociais tradicionais e das contestações mais específicas às políticas neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 106).

Já com a crise de 2008 novas formas de protestos e, talvez, um novo sujeito começou a aparecer na cena pública demarcando diferenças em relação aos movimentos das décadas

2 A greve internacional de 24h dos trabalhadores da empresa Uber realizada em março de 2019 é uma contratendência nesse sentido.

3 Por sinal, essa questão já foi, de certo modo, compreendida por aqueles que defendem um novo nacionalismo. Steve Bannon, ex-estrategista chefe da Casa Branca no governo de Donald Trump e, antes disso, diretor executivo da campanha presidencial de Trump, editor do site de extrema-direita *Breitbart News*, organizou a criação do *The Movement*, uma organização surgida em 2017, pelas mãos de Bannon, que pretende se “opor” ao globalismo/globalização e promover o nacionalismo. O movimento de Bannon atraiu para si líderes como: Marine Le Pen (França), Viktor Orbán (Hungria), Matteo Salvini (Itália) e Jair Bolsonaro (Brasil), embora outros líderes da extrema-direita europeia tenham manifestado não ver com bons olhos a interferência da atual política americana, presente nas ideias do *The Movement*, nos assuntos europeus, como foi ressaltado pelos líderes Alexander Gauland, do *Alternative for Germany*, Harald Vilimsky, do *Freedom Party of Austria's*, e Gerard Batten, do *UK Independence Party* – UKIP. Bannon denominou Eduardo Bolsonaro como o representante do movimento na América Latina.

anteriores, pois como ressalta Braga (2017), quando a crise da globalização se aprofundou, enfraquecendo o poder negociador dos sindicatos, proletarizando setores médios e ampliando o peso do precariado na estrutura de classes nacional, as lutas sociais nacionalizaram-se, centrando-se em torno de questões mais diretamente ligadas ao cotidiano dos sujeitos. Tratando-se, antes de tudo, de uma luta travada em escala nacional, e não na arena global.

Quando a crise de 2008 se transformou também na crise da zona do euro, houve uma onda de greves de massa sem precedentes na Europa Ocidental que tiveram seu início com as greves na Itália e na França, dois países que foram o estopim para outras grandes manifestações. Deste modo, entre 2010 e 2014, segundo dados de Nowak e Gallas (2014), houve 14 greves gerais em cinco países diferentes. O aumento das greves deveu-se ao fato de os governos adotarem sempre mais e com maior intensidade a agenda neoliberal, portanto elas foram dirigidas, basicamente, contra a austeridade imposta pelos governos que envolviam, invariavelmente: redução de pensões, reformas previdenciárias, retração do *welfare*, demissões no setor público, redução de salários do setor público e, por fim, restrições na negociação coletiva, trazendo as greves para o campo político. Sendo assim, ressaltam Nowak e Gallas (2014), o objetivo dessas greves de massa seria evidenciar, denunciar o caráter antidemocrático da gestão política das crises na Europa e o fato de que os trabalhadores estão sendo chamados a pagarem uma crise que não causaram.

Ainda que essas greves de massa (greve geral) não tenham, ou não demonstrem, sobretudo hoje, tanta eficácia prática, elas possuem a característica de perturbar a vida política, afetar o discurso público, provocar respostas dos governos e de outros órgãos. Embora se apresentem geralmente como greves defensivas, elas possuem, ainda assim, um importante papel mobilizador ao proporcionar a experiência da ação coletiva. Experiência essa que permeou e permeia as grandes manifestações e mobilizações que ocorreram e ocorrem em torno da luta contra a precariedade e que podem ser mais bem compreendidas por meio dos aportes trazidos por Thompson ao pensar a categoria da experiência amplamente elaborada, desenvolvida e debatida pelo autor, seja em *Formação da Classe Operária Inglesa* (1997) seja em *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos* (2002).

Para Thompson (1997), a categoria da “experiência” explicita a existência de homens e mulheres que reaparecem e retornam como sujeitos históricos, quebrando a ideia e a noção do sujeito autônomo ou dos indivíduos livres, ideia tão presente e marcante no pensamento neoliberal, mas esses sujeitos reaparecem como pessoas que experimentam suas situações e suas relações produtivas/econômicas/trabalhistas como necessidades e interesses, porém também como antagonismos e, em seguida, tratam, lidam, vivenciam essas experiências em sua consciência e em sua cultura.

Assim, antes mesmo da ocorrência das greves gerais na Itália e na França iniciadas, em 2010, a Islândia viveu protestos contra a crise financeira que se iniciaram já em 2008 e marcadamente eram dirigidos contra as medidas do governo islandês perante a crise econômica que se abateu sob o pequeno país, o movimento intitulou-se Revolução dos Painéis.

Nos países árabes, uma série de manifestações e protestos tiveram início em 2011 e, para além da crise econômica – e, portanto, para além das questões relacionadas ao mundo do trabalho –, tais manifestantes reivindicavam maior abertura à democracia. Os protestos envolveram países como Líbia, Tunísia, Síria, Iêmem, Narein e Egito, quatro governos foram derrubados o que não necessariamente redundou em mais democracia nesses países, pelo contrário, vários deles vivem, no momento, um estado de guerra civil.

Em Portugal, os protestos foram convocados por jovens, no mês de março de 2011, inaugurando um novo ciclo de manifestações que já havia se iniciado anos antes com o movimento dos Precários Inflexíveis. As novas manifestações também foram organizadas via redes sociais, autoproclamando-se sem vinculação partidária e atingindo milhares de pessoas que se manifestaram contra a precarização do trabalho e da vida, bem como deixaram clara a insatisfação com a política e os políticos. Diante de tal cenário, abriu-se a possibilidade de um acordo político inédito, definido como a “geringonça”, que levou a esquerda ao poder novamente naquele país, passando a enfrentar as consequências deixadas pela austeridade dos anos anteriores.

Em maio de 2011, irrompeu, na Espanha, o Movimento dos *Indignados*, que se voltava contra os partidos políticos e a situação de desemprego e precariedade na qual se encontravam e se encontram, sobretudo, os mais jovens. Tal situação é resultante, para além da crise econômica/financeira de 2008, da extensa desregulamentação trabalhista promovida pela política neoliberal das décadas anteriores. Cidadãos indignados começaram a ocupar permanentemente *Puerta del Sol* em Madri. A mobilização rapidamente se espalhou para centenas de cidades espanholas. Com uma mistura de utopismo e pragmatismo, o novo movimento elaborou uma lista concreta de exigências, incluindo a remoção de políticos corruptos das listas eleitorais (POSTILL, 2012).

Em setembro de 2011, institui-se, no coração financeiro do mundo, o Movimento *Occupy Wall Street*, tal movimento se colocou contra a desigualdade econômica e social diante dos escândalos financeiros de 2008, reunindo muitos jovens precarizados e intelectuais sob o *slogan* *We are the 99%* (Nós somos os 99%), referindo-se à crescente desigualdade na distribuição de renda e da riqueza nos Estados Unidos.

Na Itália, em Roma, ocorreu uma grande manifestação em outubro de 2011, em função do dia de ação transnacional pelos indignados espanhóis. Foram mais de 300 mil manifestantes. No entanto apenas alguns conseguiram chegar à *Piazza San Giovanni*, porque violentos confrontos com a polícia iniciaram-se após ações de *Black blocs* (DELLA PORTA; ZAMPONI, 2013).

Para Andretta e Della Porta (2015), a instituição e o crescimento do *Podemos*, na Espanha, como um partido relacionado ao movimento dos *Indignados*, atestaria os efeitos, no longo prazo, de um ciclo de contestação que envolveu grande parte da população espanhola e que poderia se espalhar para outros países. Do mesmo modo, Braga (2017) vê como alvissareiras iniciativas como o *Podemos*, ou a formação da “Geringonça”, em Portugal, que é fruto de uma aliança programática entre o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Verde, em

apoio ao Partido Socialista (CARMO *et al.*, 2017). Mais recentemente, na Itália, para as eleições de março de 2018, apresentou-se o *Potere al Popolo*, um movimento de esquerda que agrupa partidos políticos e movimentos sociais, com pautas semelhantes ao *Podemos* e à da coalizão de esquerda em Portugal, embora não tenha conseguido se apresentar de forma unificada com o restante da esquerda italiana para as eleições ocorridas em março de 2018.

O que se constata é que não apenas esse precariado urbano começa a engajar-se na formação de movimentos, de coalizões, de associações, de coletivos como também ensejam uma participação política por meio de novos canais e, ainda, participam pelos canais eleitorais constituindo-se em partidos, em alianças e/ou em listas cívicas, onde isso é permitido.

Detendo-se nos trabalhadores precarizados da Itália, Andretta e della Porta (2015) revelam, por meio de uma pesquisa quanti-qualitativa com esses sujeitos, um pouco sobre o perfil dos manifestantes contra a austeridade durante o período de 2010-2014. Para os autores, essa geração precária, participante das manifestações, é composta por pessoas que, diferentemente de gerações anteriores, não possuem relações de confiança com o capitalismo ou com o Estado. Esse precariado é caracterizado por uma soma de inseguranças no mercado de trabalho, no trabalho (uma vez que as regulamentações sobre a contratação e demissão oferecem pouca proteção), sobre o trabalho (com cada vez mais frágeis regulamentações sobre acidentes de trabalho, doenças e aposentadorias), sobre a renda (com salário muito baixo) e todas essas condições produzem efeitos em termos de acumulação de raiva, de anomia e ansiedade. A conclusão da pesquisa quanti-qualitativa de Andretta e della Porta (2015) aponta para o fato de que a geração precária, na Itália e também na Espanha, compartilham características semelhantes: são equilibradas em termos de gênero (50%); nasceram depois de 1986, portanto jovens; são mais formalmente educadas, sendo que 80% possui nível médio; 25% são estudantes; além dos desempregados e os que efetivamente ocupam posições “precárias” em termos de trabalho. A pesquisa mostra que em ambos os países, Itália e Espanha, essa geração mostra um tipo de indignação contra o sistema político e os partidos políticos tradicionais, que se revela numa baixa confiança da democracia que, em uma escala de 0 a 10, chegou a 2,4, ou seja, um nível de confiança baixíssimo (ANDRETTA; DELLA PORTA, 2015).

Em 2018, ocorre uma nova onda de manifestações na França, promovidas pelos assim chamados: *Giletes Jaunes* (coletes amarelos). Os sujeitos presentes nas ruas são: trabalhadores e trabalhadoras, desempregadas e desempregados, camadas médias urbanas e, nas manifestações mais recentes, estudantes e movimento de mulheres. Os protestos são contra a precariedade da vida traduzida na falta de emprego, em baixos salários, preços elevados dos transportes, contra a política de corte dos impostos sobre grandes fortunas, descontentamento com o sistema previdenciário e os valores das pensões e aposentadorias, somado a um descrédito na política e nos políticos.

Para Negri (2018, p. 1, tradução nossa):

(...) há, certamente, na França uma multidão que insurge violentamente contra a nova miséria que as reformas neoliberais provocaram. Os manifestantes protestam pelo fato da força de trabalho ter-se reduzido ao precariado e pela coação do cidadão a uma vida baseada na insuficiência dos serviços sociais públicos, má tributação de todo serviço social, pelos cortes gigantescos nas finanças dos governos municipais e agora, sempre mais, pelos efeitos (que se começa a sentir) das alterações na Lei Trabalhista e, ainda, uma preocupação pelos ataques futuros ao sistema de aposentadoria e ao financiamento da educação nacional (universidades e escolas secundárias).

As movimentações francesas denotam uma situação de acirramento de forças políticas distintas: há nas ruas um número considerável daqueles que se dizem desiludidos, descrentes e frustrados com a política e os políticos; há a esquerda que sempre ocupou as ruas e sempre pautou as questões relacionadas ao trabalho e aos direitos sociais; mas há, também, com força e relevância, um comportamento em direção a uma extrema-direita que avança de forma ordenada e contínua pelos países europeus nos últimos anos. Em muitos casos, esses grupos de extrema-direita têm conseguido, no discurso, conciliar os interesses do capital com as pautas dos trabalhadores, elegendo como o principal problema dos baixos salários, da piora nos serviços públicos, da mobilidade, da moradia, dentre outras questões, a presença de imigrantes e, sobretudo, o processo que a extrema-direita denomina de globalismo. Esse discurso já se mostrou vencedor em alguns países e prospera, sendo assunto a ser desenvolvido em outro espaço.

O desfecho das manifestações ou da insurgência na França ainda está em aberto e, mesmo que não seja o espaço para desenvolver tal argumento, pode-se apontar que desde as manifestações de 2013, no Brasil, ou ainda o tipo de organização que propõe o Movimento 5 Estrelas na Itália (que imagina superada a dicotomia esquerda/direita) parece ter se aberto um novo tipo de presença no espaço público, com manifestações sem lideranças declaradas e específicas ou com lideranças difusas, o que permite uma disputa de narrativas e de ações que era, até então, desconhecida.

Considerações finais

Deste modo, ainda que as diferenças entre os países sejam enormes, que as diferenças entre as economias capitalistas, mais ou menos desenvolvidas, sejam relevantes, que o processo de flexibilização, desregulamentação e implementação do neoliberalismo tenha se dado de formas diversas, algumas questões são comuns a todos os países e necessitam ser enfrentadas, ou seja, são questões que abrangem o âmbito da teoria social, mas também da política, da economia, da cultura e da prática cotidiana.

Uma dessas questões diz respeito às formas de representação/organização das trabalhadoras e dos trabalhadores precários e precarizados, pois os sindicatos estavam e, em sua maioria, ainda estão, preparados para representar um tipo específico de trabalhador que se torna cada vez mais escasso, ou seja, o trabalhador da relação salarial tutelada, o trabalhador estável, contratado por tempo indeterminado, portador de direitos, regulados por convenções e/ou contratos coletivos. É necessário que a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores consiga pensar também o trabalho e a trabalhadora e o trabalhador precarizados, ou seja, é necessário incorporar a extensa massa do precariado em uma discussão coletiva das suas condições de vida e trabalho e que o precariado seja assumido como fundamental e imprescindível para e na luta das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Nos lugares nos quais o sindicato não consegue fazer essa aproximação, alguns movimentos estão sendo instituídos pelo próprio precariado, que inicia, timidamente, um tipo de organização coletiva.

Há, ainda, que se enfrentar as discussões e os desafios que marcam o mundo do trabalho, portanto a classe que vive do trabalho, e que perpassam de modo interseccional, melhor seria, indissociável: as questões de gênero, pois são as mulheres as mais precarizadas; as questões étnico-raciais, pois a população negra está entre as mais precarizadas, tendo a mulher negra uma situação ainda pior que o homem negro; as questões LGBTs, pois a precarização atinge de forma diferenciada essa população; bem como os imigrantes e os jovens.

As organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores e, especificamente, os sindicatos, estão buscando, lentamente, abarcar a complexidade dessas diversidades, pois já apreendem que suas organizações vão aos poucos perdendo sua ancoragem social quando não reconhecem essas outras dimensões da vida presentes no mundo do trabalho. A capacidade dos sindicatos de ampliar o olhar sobre as trabalhadoras e os trabalhadores, sejam estes precários ou não, fortalece a sua capacidade de articulação e a capacidade de homens e mulheres pensarem-se, identificarem-se, reconhecerem-se enquanto classe que vive do trabalho e que, portanto, possuem interesses comuns, sendo o principal deles a luta contra a precarização do trabalho, que já se transformou em precariedade da vida.

Referências

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANDRETTA, Massimiliano; DELLA PORTA, Donatella. Contentious precarious generation anti-austerity movements in Spain and Italy. **OBTES Revista de Ciencias Sociales**, v. 10, n. 1, p. 37-66, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.
- Bolsonaro diz que legislação trabalhista 'vai ter que se aproximar da informalidade'. G1. Política. Brasília, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/13/bolsonaro-diz-que-a-legislacao-trabalhis->

ta-vai-ter-que-se-aproximar-da-informalidade.ghtml Acesso em: 09 abr. 2020.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOYER, Robert. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. **A Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BUFFETT, Warren. In Class Warfare, Guess Which Class Is Winning. **The New York Times**, New York, 26 nov. 2006.

BRUNHOFF, Suzanne. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: UNESP, 1991.

CALLEA, Antonio. Validazione del questionario precarietà di vita. **Giornale di Psicologia**, v. 4, n. 3, p. 220-229, 2018.

CARMO, Renato *et al.* Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 2, p. 319-342, 2017.

CESIT. **Dossiê - Reforma trabalhista (em construção)**. Campinas: Unicamp, 2017.

DAL ROSSO, Sadi. **O Ardil da Flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A. **Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. SP: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELLA PORTA, Donatella; ZAMPONI, Lorenzo. Protest and policing on October 15th, global day of action: the Italian case. **Policing and society**, v. 23, n. 1, p. 65-80, 2013.

FANA, Marta. **Non è lavoro è sfruttamento**. Roma: Laterza, 2017.

FRASER, Nancy. Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson. *In*: GEISELBERGER, Heinrich. **A Grande Regressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2019. p. 77-90.

GALLINO, Luciano. **Vite Rinviato: lo scandalo del lavoro precario**. Roma: Laterza, 2014.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. *In*: **Maquiavel: a política do estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 237-282.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Kelen. A reestruturação capitalista da sociedade e o ressurgir da economia solidária. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 31, p.421-446, 2011.

LEITE, Kelen. Trabalho e condição humana na contemporaneidade. **Laplage em Revista**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 109-124, 2018.

LEITE, Kelen. A “**Contra-Reforma**” Neoliberal do Capitalismo e a Reestruturação das Relações de Trabalho. 1998. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

LEITE, Kelen. Economia de Comunhão: construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGATTI, Mauro. **La Grande Contrazione**. Milano: Feltrinelli, 2012.

-
- NEGRI, Toni. L'insurrezione Francese. **Euro Nomade**, Roma, 2018. Disponível em: <http://www.euronomade.info/?p=11351>. Acesso em: 13 dez. 2018.
- NOWAK, Jorj; GALLAS, Alexander. Mass Strikes Against Austerity in Western Europe – A Strategic Assessment. **Global Labour Journal**, v. 5, n. 3, p. 306-321, 2014.
- POSTILL, John. New protest movements and viral media. **Media/anthropology**, v. 26, p. 124-140, 2012.
- ROSANVALLON, Pierre. **A Crise do Estado Providência**. Brasília: EdUnB, 1997.
- STANDING, Guy. **The Precariat – The New Dangerous Class**. London: Bloomsbury, 2011.
- STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 103, p. 9-24, 2014.
- THOMPSON, Eduard. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- THOMPSON, Eduard. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.
- ZOLL, Rainer. **La Solidarietà: egualianza e differenza**. Bologna: Il Mulino, 2000.

Recebido em: 18/02/2020

Aceito em: 17/04/2020